

# JUAN SÁNCHEZ SEDEÑO E O CARÁTER PRÁTICO DA FILOSOFIA MORAL

Data de aceite: 01/08/2024

**André Ricardo Randazzo Gomes**

### INTRODUÇÃO

Juan Sánchez Sedeño<sup>1</sup> é filho de Pero Sánchez e Catalina Sedeño e nasceu em 1552, na antiga Vila de Martín Muñoz de las Posadas, situada na província de Segovia. Fez profissão religiosa em 17 de abril de 1572, aos 18 anos, no Convento dominicano de San Esteban de Salamanca. Estudou primeiro na Universidade de Salamanca e depois no Colegio de San Gregorio de Valladolid. Teve insignes mestres, como Medina, Báñez, Mancio, Gallo e Adriano. Sua vida acadêmica docente centrou-se primeiro em Salamanca: no Convento de San Esteban foi mestre de estudantes; na Universidade substituiu Báñez (nos anos 1579 e 1598) na cátedra de prima; e ensinou lógica. Por volta do fim do século XVI concluiu a obra que conhecemos, *Aristotelis Logica Magna variis et multiplicibus quaestionibus*

*septem libris comprehensis elucidata: in quibus praecepta Logicalia ad D. Thomae Aquinatis et Doctoris Ecclesiae sententiam revocantur*, que foi impressa em Salamanca (dois tomos em um só volume em folio em dupla coluna, por Juan Fernández e Andrés Renaut, no ano de 1600). Nesta obra, mostra uma extraordinária erudição, citando com exatidão autores antigos, medievais e renascentistas. É muito clara sua fidelidade doutrinal a Tomás de Aquino, que figura como árbitro das difíceis matérias tratadas; ele conhece e cita suas obras principais, desde o *Comentário às Sentenças à Suma de Teologia*, passando pelas questões *De Veritate* e *De Potentia* ou os distintos *Comentários* às obras de Aristóteles. Diverge frequentemente dos jesuítas Francisco Suárez, Luis de Molina e Gabriel Vásquez.

Depois mudou-se para a Galícia; e durante três anos (1601-1603) chegou a reger a cátedra de prima da Universidade de Santiago de Compostela. Pouco depois,

<sup>1</sup> Todas as informações biográficas mencionadas aqui são retiradas da obra: SÁNCHEZ SEDEÑO, Juan. *La relación (1600)*. Introdução, tradução e notas de Juan Cruz Cruz. Ediciones Universidad de Navarra, 2005.

a obra mencionada foi reimpressa em Veneza duas vezes com o título *Eruditissimae atque utilissimae Quaestiones ad universam Aristotelis Logicam* em dois volumes em 4<sup>a</sup>: uma editada por Petrum Dusingellum (1609) e outra por Matthaeum Valentinum (1611). Morreu no ano de 1615. Havia escrito um volume grande sobre os livros da *Metafísica*, mas, como faleceu pouco antes de publicá-lo, não foi impresso. Tinha 63 anos.

A obra *Logica Magna* tem duas partes (ou tomos) bem diferenciadas, seguindo o uso da época: na primeira, estuda depois de umas questões proemiais o tratado ou livro das segundas intenções e dos universais e o tratado ou livro dos predicáveis; na segunda, inclui quatro tratados: o dos antepredicamentos, o dos predicamentos, o dos pós-predicamentos, e o da resolução posterior.

No presente capítulo, procurarei apresentar e comentar a tese de Juan Sánchez Sedeño sobre a filosofia moral, que é exposta por ele na questão 14 do livro 1 da *Logica Magna*<sup>2</sup>. Este texto tem a mesma estrutura dos artigos da *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino. Ele começa com a pergunta: as ciências morais são práticas ou especulativas<sup>3</sup>? Em seguida, são apresentados seis argumentos iniciais, em favor da tese de que a filosofia moral é prática. Então, Sánchez apresenta a sua “decisão da questão”, ou seja, a sua resposta, que constitui o *corpus* do texto, onde defende duas conclusões, em favor da tese de que a filosofia moral é especulativa. E ao final, Sánchez responde um a um aos seis argumentos iniciais.

Por todo o texto, Sánchez cita vários autores, desde Pedro Oxomense, Jerônimo e Cícero, até os dominicanos Domingo Báñez, Javelus, Domingo de Soto, Bartolomé de Medina e Pedro de Bérnago. No entanto, os autores tomados como os mais importantes e decisivos, que Sánchez pretende defender, são Tomás de Aquino e Aristóteles, lidos através do *Comentário à Ética a Nicômaco*, do *Comentário à Metafísica*, do *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* e da *Suma de Teologia*<sup>4</sup>. Restringirei o meu estudo ao uso que Sánchez faz destas obras e tomarei como sinônimas as expressões: filosofia moral, ciência moral, ética e *Ética a Nicômaco*.

Há um autor que também fez um breve estudo da tese de Sánchez sobre a filosofia moral. Foi Leopoldo Eulogio Palacios. No entanto, o foco de seu estudo era a tese de João de Santo Tomás (1589-1644) sobre a filosofia moral<sup>5</sup>. Palacios entendeu bem a tese de ambos os autores, e chamou Sánchez de “precursor de João de Santo Tomás”. Isto é, Palacios argumenta que, quando João de Santo Tomás, em sua obra lógica, afirma que a ciência moral pode ser considerada de modo especulativo, excluindo a prudência, ou de

---

2 Consulte a seguinte edição desta obra: SÁNCHEZ SEDEÑO, Juan. *Quaestiones Ad Vniversam Aristotelis Logicam*, 1616. Disponível em: <https://bit.ly/2W966Td>. Acesso em: 06 ago. 2024.

3 Às vezes, Sánchez se refere à filosofia moral com o plural “ciências morais”, porque a filosofia moral abrange três partes: a monástica, a econômica e a política.

4 Consulte a seguinte edição dos textos de Tomás de Aquino: TOMÁS DE AQUINO. *Corpus Thomisticum. S. Thomae de Aquino. Opera Omnia*. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org/iopera.html>>. Acesso em: 06 ago. 2024.

5 PALACIOS, Leopoldo Eulogio. Juan de Santo Tomás y la ciencia moral. *Revista de Estudios Políticos*, 18, 1944, pp. 557-570.

modo prático, incluindo a prudência, ele está sendo influenciado por Sánchez. Estou de acordo com esta ideia. Porém, em seu livro *Filosofia del saber*, Palacios procura mostrar como a tese de João de Santo Tomás e Juan Sánchez Sedeño pode ser conciliada com a tese, tornada famosa por Jacques Maritain, dos “graus do saber”. Ao final do presente capítulo, farei algumas considerações sobre esta tentativa.

## 1 ARGUMENTOS INICIAIS

Parece que a ciência moral é prática.

Primeiro argumento. A ciência moral é prática, porque ela não é nenhuma das três ciências especulativas mencionadas na *Metafísica* (livro 6) e nem tem um modo de abstração<sup>6</sup>. Isso confere com Tomás.

Segundo argumento. A ciência moral é prática, porque tem princípios práticos e conclusões práticas<sup>7</sup>. Isso conforma parcialmente com Tomás, pois Tomás afirma que deve-se esperar uma conformidade entre princípios inexatos e conclusões inexatas na ciência moral (*Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 1, lição 3).

Terceiro argumento. Só a ciência moral é ciência prática, pois, como se diz na *Metafísica* (livro 6), ela não é especulativa e nem uma arte<sup>8</sup>. Isso conforma parcialmente com Tomás, pois Tomás admite que a ciência moral e a arte são ciências práticas.

Quarto argumento. A ciência moral é prática, porque ensina a operar<sup>9</sup>. Isso confere com Tomás (está de acordo com o estilo geral da *Ética*, embora requeira certas condições do ouvinte, como experiência e retidão moral).

Quinto argumento. A ciência moral é prática, porque, na *Suma de Teologia* (I, q. 1, a. 4), Tomás afirma isso<sup>10</sup>. No entanto, isso é incerto nessa passagem.

Sexto argumento. Sánchez cita oito passagens, as seis primeiras sendo do *Comentário à Ética a Nicômaco* e as duas últimas sendo do *Comentário à Metafísica*. 1ª passagem: a ciência moral é prática, porque o jovem, sem experiência, e o seguidor das paixões, sem retidão moral, não são bons ouvintes da ciência moral, pois eles não conseguem operar retamente, e a ciência moral não tem por fim o conhecimento, mas a

---

6 *Logica Magna*, I. 1, q. 14, arg. 1: “Quia scientiae speculativae solum sunt tria genera, sub quibus reliquae scientiae speculativae continentur: sed scientiae morales sub nullo illoru generum continentur: ergo non sunt scientiae speculativae. [...] quia omnes scientiae habent aliquam abstractionem: sed istae scientiae morales nullam habent abstractionem illarum trium quas modo retulimus [...]”

7 *Logica Magna*, I. 1, q. 14, arg. 2: “Principia hujus scientiae moralis sunt practica. [...] Conclusiones etiam sunt practicae, nam conclusiones sapiunt naturam principiorum: scientiae namque speculativae principia habent speculativa: ergo quae habent principia practica practicae sunt.”

8 *Logica Magna*, I. 1, q. 14, arg. 3: “Nam scientia dividitur secundum Arist. 6. Metaphysicae in practicam et speculativam: sed non est alia scientia, quae possit dici practica, nisi moralis; ergo illa est practica. Probat minor. Nam ars domificatoria non est scientia practica: nam non est scientia, siquidem non procedit per demonstrationem [...]”

9 *Logica Magna*, I. 1, q. 14, arg. 4: “Illa est scientia practica, quae docet operari: sed philosophia moralis docet operari: ergo est practica. [...]”

10 *Logica Magna*, I. 1, q. 14, arg. 5: “Nam D. Tho. I.p.q.1.ar.4 argumento secundo concedit philosophia morale esse practica. Nam proponit argumentum ad probandum Theologiam esse practicam: quia tractat de lege veteri, et nova. Lex autem pertinet ad scientiam moralem, quae est practica: et concedit totum quod probat argumentum. [...]”

ação (livro 1, lição 3)<sup>11</sup>. 2ª passagem: é prática, porque não se deve tratar, nesta ciência, de questões que não pertençam à obra (livro 1, lição 11)<sup>12</sup>. 3ª passagem: é prática, porque o fim da demonstração *a priori*, que há nesta ciência, ordena-se à operação, assim como o conhecimento *a posteriori* (livro 1, lição 4)<sup>13</sup>. 4ª passagem: é prática, porque deve-se abster-se de questões que são de fora da ação (livro 1, lição 17)<sup>14</sup>.

5ª passagem: é prática, porque procede de modo compositivo, aplicando princípios universais aos casos particulares, onde estão as ações (livro 1, lição 3)<sup>15</sup>. 6ª passagem: é prática, porque a política é a mais nobre entre todas as ciências práticas (livro 1, lição 2)<sup>16</sup>. 7ª passagem: é prática, porque as ciências morais são ciências ativas (livro 6, lição 1)<sup>17</sup>. 8ª passagem: é prática, porque a ciência ativa se contradistingue da ciência especulativa (livro 1, lição 3)<sup>18</sup>. Tudo isso conforma com Tomás, exceto o argumento feito a partir da 3ª passagem. Este argumento tem dois problemas: (1) Tomás não usa as expressões “*a priori*” e “*a posteriori*”, mas sim “*propter quid*” e “*quia*”, e (2) nem afirma que a demonstração “*a priori*” ordena-se à operação. Isso será examinado melhor abaixo, na primeira conclusão, e na respectiva resposta.

---

11 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Nam Aristotelis l. Ethicorum apud D. Tho. lectione tertia postquam praeiniferat iuvenem non esse aptum auditorem moralis scientiae, quia caret experientia, subjungit: neq; passionum sectator: quia inaniter audiet: et inutiliter, qui finis hujus scientia est non cognitio, sed actus: ergo scientia moralis est practica ex assera sententia Aristotelis quandoquidem habet pro fine non cognitionem sed actionem. Finis vero speculativae scientiae est cognitio veritatis.”

12 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Et in eodem l. lib. afferit Aristoteles quo finis hujus scientiae opera sunt; quapropter non est tractandum in hac scientia de quaestionibus, quae non pertineat ad opus: ergo est scientia practica, quandoquidem habet pro fine opus: et hoc saepissimae repetit in Ethicis. D. Th. etiam saepissime hoc videtur dicere, quod sit scientia practica.”

13 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Nam lectionem 4. in lib. l. Ethicorum ex Arist. dicit, quod qui a posteriori novit, scilicet, per experientiam, quod concupiscentiae per abstinentiam separatur, non erit necesse cognoscere hoc a priori ad operandum. Unde videtur dicere D. Tho. quod finis demonstrationis a priori, quae habetur in hac scientia, ordinatur ad operandum: et ista cognitio supletur per cognitionem a posteriori; quia ita aequae bene dirigit ad operationem, sicut prima.”

14 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Et in eodem libro l. lectione 17, inquit D. Tho. etiam ex eodem Arist. quod in hac scientia morali, quae est operativa abstinendum est a quaestionibus, quae sunt extra opera. Et igitur scientia morali practica, siquidem sibi vendicat pro fine operationem.”

15 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Et in eodem libro lectione 3 afferit hanc scientiam procedere modo compositivo applicando universalialia principia ad particularia, ubi est actus: ergo est practica scientia. Nam quod aliud requiritur, ut sit practica, nisi modo compositivo procedere?”

16 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Et in eodem libro lectione secunda afferunt Arist. et Divus Thom. quod politica est nobilissima omnium scientiarum. (Quod explicat D. Tho. omnium scientiarum practicarum. Nam speculativarum metaphysica est nobilissima.) Sed politica est pars scientiae moralis, et est practica: ergo omnes morales scientiae erunt practicae: quia eadem est de omnibus ratio.”

17 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Et praeterea: nam Divus Tho. et Aristoteles 6. Methaphysicae textu primo dicunt expresse, scientias morales esse activas scientias, et earum principia esse in agente non in ipsis moribus, cujusmodi principium est electio: ergo non est scientia speculativa moralis; sed practica.”

18 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, arg. 6: “Nam apud Arist. scientia activa distinguitur contra speculativam, ut patet libro primo metaphysicae lectione. 3. apud Divum Thom. ubi Arist. et D. Tho. probant metaphysicam esse speculativam: quia non est activa. Et probant non esse activam: quia in metaphysica quaeritur scire propter seipsum, non vero propter opus: quomodo quaeritur in scientia activa: ergo res indubitata apud Arist. et Divum Thom. censetur, scientias morales esse practicas activas.”

## 2 DECISÃO DA QUESTÃO

Primeira conclusão. A filosofia moral é especulativa e não prática<sup>19</sup>. Sánchez começa por citar duas passagens do *Comentário à Ética a Nicômaco* e constrói dois argumentos a partir delas.

1ª passagem: o modo de proceder, na filosofia moral, não é tão exato como em outras ciências, pois a sua matéria não admite igual exatidão; buscar igual exatidão em todas as ciências seria como exigir que um matemático use a retórica e que um retórico use a demonstração (livro 1, lição 3). A partir disso, Sánchez argumenta que a filosofia moral procede de modo demonstrativo, que é proceder de modo especulativo e resolutivo, resolvendo as conclusões em seus primeiros princípios, e isso é oposto ao modo compositivo, que é prático. Logo, a filosofia moral é especulativa, porque ela é comparada com as ciências especulativas e a comparação deve ser feita entre ciências da mesma razão<sup>20</sup>.

Isso não confere com Tomás, pois, nessa passagem citada, Tomás explica que o modo de proceder de uma ciência deve ser adequado ao tipo de matéria sobre a qual ele versa, e a filosofia moral versa sobre um tipo de matéria que não é tão exato como o de outras ciências, como a matemática, por isso seu modo de proceder não é tão exato<sup>21</sup>. Ademais, no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 6, a. 1, corpus a, e ad 4 a), Tomás esclarece que o modo de proceder da ciência moral pode ser chamado de “raciocinativo por parte do termo no qual se detém”, e se baseia para isso no livro 6 da *Ética a Nicômaco*. O esclarecimento é o seguinte. O termo último, ao qual a investigação da razão deve conduzir, é a inteligência dos princípios, pelos quais julgamos, através da resolução neles; o que, quando acontece, chama-se procedimento demonstrativo. Às vezes, porém, a investigação da razão não pode conduzir até tal termo, mas se detém na própria investigação, isto é, quando ainda resta ao investigador caminho em direções distintas; isto acontece quando se procede por meio de razões prováveis, que, por natureza, produzem opinião ou fé e não ciência; assim, este procedimento, chamado raciocinativo, se contradistingue do demonstrativo<sup>22</sup>. Aristóteles atribui ao raciocinativo ou opinativo o que

19 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: “Prima conclusio: Philosophia moralis est speculativa, et non practica.”

20 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: “Haec conclusio primo probatur auctoritatibus Aristo. et Divi Thomae, Aristo enim lectione 3. apud Divum Thomam affertur modum procedendi in hac scientia non esse tam certum, sicut in aliis scientiis, quia materia hoc non patitur, et esse indisciplinati ingenii, quaerere aequalem certitudinem in omnibus, disciplinati vero quaerere illam, quam patitur materia certitudinem; sicuti siquis quaereret mathematicum persuadentem, et rethoricum demonstrantem: ergo haec scientia procedit demonstrative: sed finis demonstrationis est resolvere conclusiones in sua prima principia, quod est procedere modo speculativo et resolutivo: si enim esset practica, modo compositivo procederet, quod repugnat modo procedendi per demonstrationem: ergo est speculativa scientia et non practica. Et in hac auctoritate comparat Aristo. hanc scientiam speculativis: ergo est speculativa; comparatio enim debet esse inter ea, quae sunt ejusdem rationis. [...]”

21 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 3, n. 5: “Quia ad hominem disciplinatum, idest bene instructum, pertinet, ut tantum certitudinem quaerat in unaquaque materia, quantum natura rei patitur. Non enim potest esse tanta certitudo in materia variabili et contingenti, sicut in materia necessaria, semper eodem modo se habente. [...] Propinquum enim peccatum esse videtur, si aliquis auditor acceptet aliquem mathematicum persuasionibus rhetoricis utentem, et si exspectat a rhetorico demonstrationes certas, quales debet proferre mathematicus. Utrumque enim contingit ex hoc, quod non consideratur modus materiae conveniens.”

22 *Super Boetium De Trinitate*, q. 6, a. 1, corpus (a): “Alio modo dicitur processus rationalis ex termino in quo sistitur procedendo. Ultimus enim terminus, ad quem rationis inquisitio perducere debet, est intellectus principiorum, in quae resolvendo iudicamus; quod quidem quando fit non dicitur processus vel probatio rationalis, sed demonstrativa. Quandoque autem inquisitio rationis non potest usque ad praedictum terminum perducere, sed sistitur in ipsa inquisitione, quando

pode ser realizado pela ação humana, de que se ocupa a ciência moral, em razão de sua contingência<sup>23</sup>.

2ª passagem: um modo procede a partir dos princípios, e das causas aos efeitos, e outro modo procede dos efeitos às causas. No primeiro modo, procede-se por demonstração *a priori*; no segundo modo, procede-se *a posteriori* (livro 1, lição 4). A partir disso, Sánchez argumenta que a filosofia moral é ciência especulativa, uma vez que é um hábito adquirido por demonstração, e procede de modo resolutivo<sup>24</sup>.

Isso não confere com Tomás, pois, nessa passagem citada, Tomás, primeiramente, estabelece que há dois modos de raciocinar: um chamado de demonstração *propter quid*, que procede a partir dos princípios ou causas para os efeitos, e outro chamado de demonstração *quia*, que procede a partir dos efeitos para as causas ou princípios<sup>25</sup>. Para saber qual modo de proceder deve ser usado em uma determinada matéria, deve-se partir do que é mais conhecido para o que é menos conhecido. Mas algumas coisas são mais conhecidas para nós e outras são mais conhecidas em si mesmas. E devemos começar pelo que é mais conhecido para nós. Se o que é mais conhecido em si mesmo é idêntico ao que é mais conhecido para nós, o raciocínio deve partir dos princípios para os efeitos, como na matemática. Mas, se o que é mais conhecido em si mesmo é diferente do que é mais conhecido para nós, o raciocínio deve proceder dos efeitos para as causas, como na ciência natural e na ciência moral<sup>26</sup>. Por isso, requer-se que o ouvinte da ciência moral conheça por experiência própria as ações virtuosas e a vida social, para que ele tome como princípio que tal coisa é assim<sup>27</sup>. Então, para agir, ele não precisará ter demonstrações sobre o porquê (*propter quid*), que são buscadas principalmente nas ciências especulativas<sup>28</sup>.

---

scilicet inquirenti adhuc manet via ad utrumlibet; et hoc contingit, quando per probabiles rationes proceditur, quae natae sunt facere opinionem vel fidem, non scientiam. Et sic rationabilis processus dividitur contra demonstrativum."

23 *Super Boetium De Trinitate*, q. 6, a. 1, ad 4 (a): "Ratiocinativo autem vel opinativo attribuit philosophus ibidem agibilia humana, de quibus est scientia moralis, ratione suae contingentiae."

24 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: "Et lectione 4. afferit D. Thomas ex Aristo. ibidem quod in hac scientia modo proceditur a principiis, et causis ad effectus, modo ab effectibus ad causas. Primo modo proceditur demonstratione a priori, secundo modo a posteriori: ergo moralis est scientia speculativa; siquidem est habitus acquisitus per demonstrationem, et procedit resolutivo modo, quod non potest competere habitui practico, ut supra dictum fuit."

25 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 9: "Et assignat differentiam in processu ratiocinandi. Quia quaedam rationes sunt, quae procedunt a principiis, id est a causis in effectus: sicut demonstrationes propter quid. Quaedam autem e converso ab effectibus ad causas sive principia, quae non demonstrant propter quid, sed solum quia ita est."

26 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 10: "Et ut accipiatur quo ordine oporteat procedere in qualibet materia, considerandum est quod semper oportet incipere a magis cognitis, quia per notiora devenimus ad ignota. Sunt autem aliqua notiora dupliciter. Quaedam quidem quoad nos, sicut composita et sensibilia, quaedam simpliciter et quoad naturam, scilicet simplicia et intelligibilia. Et quia nobis ratiocinando notitiam acquirimus, oportet quod procedamus ab his quae sunt magis nota nobis; et si quidem eadem sint nobis magis nota et simpliciter, tunc ratio procedit a principiis, sicut in mathematicis. Si autem sint alia magis nota simpliciter et alia quoad nos, tunc oportet e converso procedere, sicut in naturalibus et moralibus."

27 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 11: "Deinde cum dicit propter quod oportet etc., ostendit qualiter oportet esse dispositum talium auditorem. Et dicit, quod quia in moralibus oportet incipere ab his quae sunt magis nota quoad nos, id est a quibusdam effectibus consideratis circa actus humanos, oportet illum, qui sufficiens auditor vult esse moralis scientiae quod sit bene manuductus et exercitatus in consuetudinibus humanae vitae, id est de bonis exterioribus et iustis, id est de operibus virtutum, et universaliter de omnibus civilibus, sicut sunt leges et ordines politarum et si qua alia sunt huiusmodi. Quia oportet in moralibus accipere, ut principium, quia ita est. Quod quidem accipitur per experientiam et consuetudinem; puta quod concupiscentiae per abstinentiam superantur."

28 *Sententia libri Ethicorum*, livro 1, lição 4, n. 12: "Et si hoc sit manifestum alicui, non multum necessarium est ei ad operandum cognoscere propter quid, sicut et medico sufficit ad sanandum scire quod haec herba curat talem aegritudinem."

A seguir, Sánchez cita uma passagem do *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 5, a. 1, ad 3): “quanto à ciência moral, embora seja em vista da operação, tal operação não é ato de ciência, mas antes de virtude, como é patente no livro da *Ética*”. A partir disso, Sánchez argumenta o seguinte: se a ciência moral fosse ciência prática, o ato de virtude deveria ser, por necessidade, feito por ela; pois a ciência prática é a operadora do ato ao qual se ordena, e, se não é a operadora, não pode ser ciência prática. Então, Sánchez pergunta: o que Tomás quer dizer ao afirmar que a ciência moral é em vista da operação? E Sánchez responde: Tomás pode querer dizer duas coisas: (1) que a ciência moral é em vista da operação que deve ser especulada, pois diz respeito à operação, mas não a faz; e (2) que a ciência moral é em vista da operação desde fora<sup>29</sup>.

Isso não confere com Tomás, pois é muito mais simples admitir que Tomás, nessa passagem citada, identifica a ciência moral com a prudência, que pode perfeitamente ser a operadora do ato ao qual se ordena, e desde dentro.

Em seguida, Sánchez cita uma passagem de Jerônimo, que afirma que a filosofia é dividida em natural, ética e racional. A partir disso, Sánchez argumenta: a divisão do hábito em prático e especulativo é anterior à divisão da filosofia em natural, ética e racional, e assim toda a filosofia está contida por necessidade sob o hábito especulativo, pois a ciência natural e a racional não podem ser práticas<sup>30</sup>.

Isso não confere com Tomás, pois contradiz completamente uma passagem do *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 5, a. 1, ad 4), que ensina que, na filosofia, a distinção entre o especulativo e o prático é tomada da distinção do fim da felicidade, que é o fim ao qual toda a vida humana se ordena. Mas a felicidade é distinguida em contemplativa e ativa, como diz Aristóteles. Logo, a filosofia deve ser dividida em uma parte especulativa (contemplativa) e outra prática (ativa). A parte especulativa abrange a ciência natural e a racional, ao passo que a parte prática abrange a ciência moral<sup>31</sup>.

---

Cognoscere autem propter quid requiritur ad sciendum, quod principaliter intenditur in scientiis speculativis.”

29 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: “Et D. Thomas super Boetium de Trinitate (opus 70, art. 1) dicit in haec verba. Quod quamvis scientia moralis sit propter operationem, tamen illa operatio non est actus scientiae, sed virtutis, ut patet 5 Ethicorum. Ex quo sic arguuntur: Si esset scientia practica ex necessitate deberet virtutis actus fieri ab illa: quia scientia practica est operativa actus, ad quem ordinatur, et si non est operativa, nequit esse scientia practica. Sed quid vult dicere Divus Thomas cum afferit, quod scientia moralis est propter operationem? Respondetur dupliciter, uno modo, quod est propter operationem speculandam, nam respicit operationem et non facit illam; ergo speculatur illam. Secundo dico, quod est ab extrinseco propter illam, ut dicemus conclusione secunda.”

30 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: “Ultimo arguuntur auctoritate D. Hieronymi, qui in homilia 1. Super Cantica dividit philosophiam in philosophiam naturalem, ethicam et rationalem, et est antiquissima divisio haec. Ex quo sic arguuntur: philosophia, quae sic dividitur, est habitus et finitus: ergo practicus, vel speculativus. Si speculativus, ergo philosophia moralis est scientia speculativa; nam de illa praedicatur philosophia, quae dividitur. Si est practicus, ergo philosophia; naturalis, et logica sunt habitus practici, quod est falsum. Consequentia probatur, quia de illis praedicatur divisum. Si dicas, quod abstrahit a practico, et speculativo, contra; nam divisio habituum sic est facienda: habitus alius operativus, alius non operativus: rursus habitus operativus, alius practicus, alius speculativus, inquiri an illa philosophia divisa contineatur sub habitu operativo, et apertum est contineri: ergo vel est practicus, vel speculativus, nec potest abstrahere, nam prior est divisio habitus in practicum et speculativum, quam sit divisio philosophiae in naturalem, ethicam, et rationalem, et sic philosophia ex necessitate continetur sub speculativo habitu.”

31 *Super Boetium De Trinitate*, q. 5, a. 1, ad 4: “Hoc tamen interest, cum in hoc dividitur philosophia totalis et artes, quod in divisione philosophiae habetur respectus ad finem beatitudinis, ad quem tota humana vita ordinatur. Ut enim dicit Augustinus XX de civitate Dei ex verbis Varronis, nulla est homini alia causa philosophandi nisi ut beatus sit. Unde cum duplex felicitas a philosophis ponatur, una contemplativa et alia activa, ut patet in X Ethicorum, secundum hoc



Segunda conclusão. A operação da virtude se conecta com a ciência moral não como um fim ao qual esta ciência se ordena por sua natureza, mas como um efeito por acidente, que, às vezes, experimenta algo próprio, em razão da maior conexão que a operação da virtude tem com o conhecimento de sua própria natureza do que com o conhecimento da imortalidade da alma<sup>32</sup>.

Isso não confere com Tomás, pois a ciência moral, se for considerada como sendo a prudência, ordena-se à operação reta como ao fim ao qual é ordenada por sua natureza. Além disso, a prudência é uma virtude intelectual, e por isso é gerada e aumentada pelo ensino (*doctrina*) e pela experiência (ver *Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 2, lição 1<sup>33</sup>).

### 3 SOLUÇÕES AOS ARGUMENTOS INICIAIS

Resposta ao primeiro. A ciência moral se reduz à ciência física e abstrai da matéria sensível singular<sup>34</sup>. Isso não confere com Tomás, pois Tomás nunca afirmou isso.

Resposta ao segundo. Os princípios da filosofia moral são especulativos, assim como suas conclusões<sup>35</sup>. Isso não confere com Tomás, pois Tomás nunca afirmou isso.

Resposta ao terceiro. Na passagem citada da *Metafísica*, não é a ciência que é dividida em especulativa e prática, mas o hábito<sup>36</sup>. Isso confere parcialmente com Tomás, pois Tomás admite a existência de ciências especulativas e ciências práticas, mas ele pode admitir também que as ciências especulativas pertencem às virtudes intelectuais especulativas como a sabedoria, a ciência e o entendimento, e que as ciências práticas pertencem às virtudes intelectuais práticas como a prudência e a arte<sup>37</sup>. Para Sánchez, não existe nenhuma ciência prática na ordem natural, mas o que ele considera como ciência

---

etiam duas partes philosophiae distinxerunt, moralem dicentes practicam, naturalem et rationalem dicentes theoreticam.”

32 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, corpus: “Ad cognitionem speculativam, quae est finis hujus scientiae, consequitur aliquando operatio studiosa, de potiori ratione, quam ad cognitionem animae rationalis, et ita habet maiorem connexionem recta operatio cum hac speculativa scientia, quam cum reliquis scientiis speculativis. [...] Operatio enim virtutis in hac scientia connectitur non tanquam finis, ad quem haec scientia ex natura sua ordinatur, sed tanquam effectus per accidens, qui aliquando sapit aliquid proprii propter maiorem connexionem, quam habet virtutis operatio studiosa, cum cognitione naturae ejusdem, quam cum cognitione immortalitatis animae. Idem enim objectum est materialiter hujus scientiae, et virtutis in communi, et operationis studiosae ad modum, quo est idem objectum materiae artis domificandi, et scientiae, qua ejusdem domus natura cognoscitur, per resolutionem in sua principia. Et ita propter hanc materialem cognitionem et affinitatem, magis haec scientia allicit ad virtutem, quam reliquae speculativae.”

33 *Sententia libri Ethicorum*, livro 2, lição 1, n. 2: “Dicit ergo primo quod, cum duplex sit virtus, scilicet intellectualis et moralis, intellectualis virtus secundum plurimum et generatur et augetur ex doctrina. [...] Ideo consequens est quod intellectualis virtus indigeat experimento longi temporis.”

34 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 1: “Ad primum argumentum respondetur, quod objetum hujus scientiae sit homo libere operans propter finem, seu operatio recta hominis propter finem. Et ita reducit haec scientia ad scientiam physicam, et abstrahunt a materia sensibili singulari, circa hoc subjectum. Non enim haec scientia habet immaterialitatem, quia includit in sui ratione sensibilem materiam: nam considerat hominem libere operantem, prout movetur motu irae, et tristitiae, et prout in passionibus his medium constituit per virtutes. Hujusmodi enim passiones non sunt sine qualitatibus sensibilibus. [...]”

35 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 2: “Ad secundum respondetur, quod principia hujus scientiae sunt speculativa, sicut et conclusiones; sicuti principia omnium aliarum scientiarum. Nam haec sicuti illae speculativa est: illa enim sunt principia moralium virtutum, quae recta opera exequentur.”

36 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 3: “Ad tertium respondetur, quod ibi habitus dividitur in practicum, et speculativum, ut duodecima quaestione solutione ad primum, et prima conclusione dictum fuit.”

37 Tomás enumera essas virtudes intelectuais no *Comentário à Ética a Nicômaco*, livro 6, lição 3, n. 2, e as distingue em especulativas e práticas no *Comentário à Metafísica*, livro 1, lição 1, n. 34.



prática é uma ciência que seja simultaneamente especulativa e prática, isto é, que proceda simultaneamente de modo especulativo e de modo prático. Tomás, porém, usa a expressão “ciência prática” muitíssimas vezes e em nenhuma vez a considera no sentido que Sánchez lhe dá.

Resposta ao quarto. A filosofia moral não ensina a operar, mas é demonstrativa. A operação reta é seu fim por acidente<sup>38</sup>. Isso não confere com Tomás, pois, se a filosofia moral for considerada como sendo a prudência, a operação é seu fim intrínseco, e o seu modo de proceder pode ser chamado de raciocinativo por parte do termo no qual se detém, que se contradistingue do modo demonstrativo.

Resposta ao quinto. Na passagem citada da *Suma de Teologia*, Tomás nem afirmou, nem negou, que as ciências morais são práticas<sup>39</sup>. Isso confere.

Resposta ao sexto. Sánchez comenta as oito passagens citadas. 1<sup>a</sup>: a operação é o fim por acidente ou secundário, e o conhecimento é o fim intrínseco; o seguidor das paixões não alcança a operação reta, mas pode alcançar o conhecimento<sup>40</sup>. 2<sup>a</sup>: as obras são o fim por acidente, e não se discutem questões que não pertençam à obra, mas elas são discutidas de modo especulativo<sup>41</sup>. 3<sup>a</sup>: a operação é o fim secundário e por acidente, e, para que ela seja alcançada, não é necessário conhecimento *a priori*, mas basta conhecê-la de um modo qualquer; pois alguém pode ser perfeitamente dotado de virtudes, sem ser dotado desta ciência<sup>42</sup>. 4<sup>a</sup>: às vezes, segue-se operação virtuosa da filosofia moral, mas como fim por acidente<sup>43</sup>. 5<sup>a</sup>: a operação é o fim secundário, mas o que é ordenado à obra e procede de modo compositivo é a prudência, que Tomás chama de ciência moral (esta solução pode acomodar todas estas passagens)<sup>44</sup>. 6<sup>a</sup>: a política é a prudência política<sup>45</sup>.

---

38 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 4: “Ad quartum respondetur, philosophia moralem totam versari in considerando natura ultimi finis, et virtutum, de quibus multa demonstrat. Ut, quod beatitudo hominis non possit in divitiis consistere, quod virtus in medio consistat, et quod virtuti, honor et praemium debeatur et alia hujusmodi. Si autem ad hanc scientiam consequitur recta operatio, hoc est modo iam a nobis dicto in secunda conclusione.”

39 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 5: “Ad quintum respondetur, quod, licet lex sit aliquid practicum tamen naturam legis considerare, et ejus passiones, hoc sit ab hac scientia speculativo modo. D. vero Thomas nec afferuit, nec negavit scientias morales esse practicas in l.p.q.l.art.4. quia illud non multo suo proposito attinebat.”

40 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: “Ad sextum, et ad primam auctoritatem respondetur, quod finem per accidens consecutus, ut dictum est secunda conclusione, est operatio, et qui sectantur passiones, non consequuntur hunc finem: qui est operari recte, licet consequantur intrinsecum finem, qui est naturam virtutum et operationis humanae cognoscere. Potest enim bonus philosophus esse malus homo, nec est aptus auditor, passionum sectator ad hunc finem secundarium consequendum.”

41 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: “Ad secundam auctoritatem respondetur, quod opera sunt finis per accidens hujus scientiae. Et non sunt in hac scientia disputandae quaestiones, quae non pertineant ad opus, quia objectum hujus scientiae est actio humana: et non sunt aliae tractandae quaestiones, nisi quae ad cognoscendam perfecte actionis humanae naturam conducant, speculativae tamen est hoc agendum.”

42 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: “Ad tertiam auctoritatem D. Thomae respondetur, quod ibi agit de fine secundario, et per accidens hujus scientiae. Ad illum enim consequendum non est necessaria cognitio a priori, sed sufficit cognoscere illud quomodocumque: nam perfecte potest aliquis virtutibus, sine hac scientia esse praeditus.”

43 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: “Ad quartam Divi Thomae auctoritatem respondetur quod vocatur operativa haec scientia ratione dicta in secunda conclusione. Et si fiat argumentum, sequitur, quod scientia de anima sit dicenda operativa, quia sequitur aliquando ex illa operatio, respondetur quod non tam frequenter (ut dictum est secunda conclusione) nec eodem modo.”

44 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: “Ad quintam auctoritatem Divi Thomae respondetur dupliciter. Primo quod loquitur respectu finis secundarii. Secundo respondetur (et haec solutio potest his omnibus auctoritatibus accommodari) quod loquitur D. Thomas de prudentia; et hanc vocat scientiam moralem, seu cognitionem moralem, quae ordinatur ad opus et procedit modo compositivo. Et vehementer suspicor hunc fuisse D. Thomae sensum.”

45 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: “Et magis patebit respondendo ad sextam auctoritatem, in qua aperte loquitur de

7ª e 8ª: as ciências ativas são as espécies de prudência, ou têm a operação como fim secundário e por acidente<sup>46</sup>.

Tudo isso confere pela metade com Tomás, na medida em que Sánchez admite que, a respeito de todas essas passagens, a filosofia moral pode ser considerada como sendo idêntica à prudência. Quanto à primeira passagem, o fato de que o seguidor das paixões pode alcançar o conhecimento, mas não a ação, não torna essencialmente especulativa a filosofia moral, pois o seguidor das paixões não é um bom ouvinte desta ciência. Quanto à segunda, o modo de proceder da filosofia moral não é o mesmo que o das ciências especulativas. Quanto à terceira, é verdade que não é necessário conhecer a *Ética a Nicômaco* para operar retamente, mas também é verdade que a operação reta e instruída pela filosofia moral é o fim intrínseco desta ciência, visto que esta ciência requer que o seu ouvinte tenha experiência e retidão moral como condições para o aprendizado, e só tal ouvinte poderá entender as demonstrações *quia*, próprias desta ciência. Quanto à quarta, o fim intrínseco da filosofia moral, se esta for considerada como idêntica à prudência, é a operação. Quanto à quinta, a prudência certamente é ordenada à operação e procede de modo compositivo. Quanto à sexta, a política certamente é uma das espécies de prudência, e a mais nobre. E quanto à sétima e à oitava, aquilo que Tomás chama de ciência ativa pode certamente ser considerado como idêntico à prudência.

## CONCLUSÃO

Enfim, as minhas considerações finais serão apresentadas em sete temas que se relacionam com os pontos principais da tese de Sánchez. Ademais, considerarei também a relação entre a tese de Sánchez e a tese dos “graus do saber”.

**Primeiro tema:** as ciências especulativas (ver primeira objeção). Tomás reconhece apenas três ciências especulativas, as mesmas que Aristóteles enumera na *Metafísica* (livro 6): a física (ou natural), a matemática e a metafísica (ou divina). Tomás estuda essas ciências especulativas no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (questões 5 e 6), e nessa obra ele determina que elas são distinguidas de acordo com os seus objetos especuláveis, isto é, de acordo com o modo de afastamento da matéria e do movimento que cada um de tais objetos possui. Ainda nessa obra, Tomás apresenta a ciência moral não como uma ciência especulativa, mas como uma ciência prática, tendo por fim a operação de virtude, por matéria uma matéria operável, e por modo de proceder o modo racionativo.

**Segundo tema:** os princípios e as conclusões da ciência moral (ver segunda objeção). No *Comentário à Ética a Nicômaco* (livro 1, lição 3), Tomás afirma que, no modo de proceder

---

prudencia politica, quae est omni prudentia excellentior, quia habet finem excellentiorem. Nam patet 2.2. quaestio. 47. artic. 11 et quaestio 50 per totam quaestionem, triplex est prudentia, monastica, aeconomica, et politica. Et haec ultima est excellentior, ut ibi videre licet.”

46 *Logica Magna*, l. 1, q. 14, ad 6: “Ad ultimum locum respondetur, quod ibidem Arist. non loquitur, nisi de scientiis activis, haec autem sunt diversae prudentiae speciei. Vel scientias, quas morales vocamus, activas vocat, est ratione finis secundarii, et per accidens.”

da ciência moral, deve-se buscar uma conformidade entre os princípios e as conclusões. Mas os princípios dessa ciência são variáveis ou inexatos, portanto o professor e o ouvinte dessa ciência devem buscar aquela conformidade da seguinte maneira. O professor deve apresentar a verdade de três maneiras: (1) como um esboço sumário, procedendo de modo compositivo; (2) como um delineamento ou uma aproximação; e (3) falando dos eventos tais como ocorrem na maioria dos casos. O ouvinte deve aceitar a inexatidão do modo de proceder do professor, e por isso deve conhecer a matéria da filosofia moral por experiência própria e com retidão moral, não podendo ser jovem e nem um seguidor das paixões.

**Terceiro tema:** a ciência ou o hábito. Na terceira objeção, Sánchez cita uma passagem da *Metafísica* (livro 6) em que se afirma que a ciência natural é especulativa, pois não é prática, ou seja, não é ativa nem produtiva. E a objeção argumenta que só a ciência moral é uma ciência prática, pois a arte não é uma ciência, porque não procede por demonstração. Na resposta a esta objeção, Sánchez afirma que o que tal passagem mostra não é que a ciência é dividida em especulativa e prática, mas que o hábito é que é dividido em especulativo e prático. O que Sánchez dá por pressuposto na objeção é que alguém está argumentando que existe uma ciência especulativa que pode ser prática, isto é, que pode ser simultaneamente especulativa (demonstrativa) e prática, e a ciência moral pode ser esta ciência. Então, na resposta à objeção, Sánchez procura desfazer o erro afirmando que é o hábito que se divide em especulativo e prático, querendo dizer com isso que, na passagem citada, deve-se entender que se está falando da divisão dos hábitos (ou virtudes) intelectuais, e a ciência natural corresponderia à virtude intelectual especulativa da ciência, a ciência ativa corresponderia à virtude intelectual prática da prudência, e a ciência produtiva corresponderia à virtude intelectual prática da arte. No entanto, Tomás nunca usou a expressão “ciência prática” no sentido em que a objeção a considera, isto é, como uma ciência simultaneamente especulativa e prática, mas ele poderia aceitar que as ciências práticas pertencem às virtudes intelectuais práticas da prudência e da arte.

**Quarto tema:** o modo de proceder da filosofia moral. Há três passagens em que Tomás trata desse assunto. A primeira foi discutida acima, no segundo tema, quanto aos princípios e conclusões da filosofia moral. A segunda está no *Comentário à Ética a Nicômaco* (livro 1, lição 4), onde Tomás explica que, na filosofia moral, deve-se usar o raciocínio do tipo “quia”, que parte dos efeitos para as causas ou princípios, ou seja, que parte do que é mais conhecido para nós para o que é mais conhecido em si mesmo, e por isso requer-se que o ouvinte desta ciência conheça por experiência própria a matéria moral, ou seja, as ações virtuosas e a vida social. E a terceira passagem, que Sánchez jamais cita, está no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 6, a. 1, corpus a, e ad 4 a), em que Tomás afirma que o modo de proceder da filosofia moral pode ser chamado de raciocinativo por parte do termo no qual se detém, porque versa sobre o que pode ser realizado pela ação humana (que é contingente), e, ao invés de conduzir à intelecção dos princípios e proceder de modo resolutivo e demonstrativo, detém-se na própria investigação, procedendo por razões prováveis, que produzem opinião ou fé e não ciência.

**Quinto tema:** a divisão tripartida da filosofia (ver “decisão da questão”, primeira conclusão). Sánchez afirma que Jerônimo divide a filosofia em natural, ética e racional, mas a filosofia inteira está contida sob o hábito especulativo, e por isso a ciência moral é especulativa. Porém, no *Comentário ao Tratado da Trindade de Boécio* (q. 5, a. 1, ad 4), Tomás afirma que a filosofia, uma vez dividida em natural, ética e racional, pode ser depois dividida em especulativa e prática, de acordo com o fim da felicidade, e assim a ciência natural e a racional são ciências especulativas, pois têm por fim a felicidade contemplativa, ao passo que a ciência moral é uma ciência prática, pois tem por fim a felicidade ativa.

**Sexto tema:** a relação entre a ciência moral e a operação (ver “decisão da questão”, segunda conclusão). Sánchez argumenta que a operação da virtude é um efeito por acidente ou secundário da filosofia moral. No entanto, se a filosofia moral for considerada como idêntica à prudência, a operação reta será o seu fim intrínseco. A prudência é uma virtude intelectual que é gerada e aumentada pelo ensino e pela experiência. Ou seja, ela contém conhecimento, que pode ser adquirido por aprendizado ou por descoberta, mas todo esse conhecimento é aplicável à operação.

**Sétimo tema:** a prudência. Para Tomás, a prudência é ordenada à operação e procede de modo compositivo (ver *Suma de Teologia*, II-II, q. 47, a. 3), tem como uma de suas espécies a política (ver *Suma de Teologia*, II-II, q. 47, a. 11, e q. 50), e é idêntica à ciência ativa e à ciência moral (ver Sánchez, resposta à sexta objeção).

Em seu livro *Filosofía del saber*<sup>47</sup>, Leopoldo Eulogio Palacios procura mostrar como a tese de Juan Sánchez Sedeño sobre a filosofia moral (também desenvolvida por João de Santo Tomás) pode ser conciliada com a tese, tornada famosa por Jacques Maritain<sup>48</sup>, dos “graus do saber”. Palacios começa por reconhecer a existência de quatro “graus do saber”, concebidos por Tomás de Aquino principalmente em duas passagens: *Suma de Teologia* (I, q. 14, a. 16) e *Questões Disputadas Sobre a Verdade* (q. 3, a. 3). Há uma ciência chamada (1) “apenas especulativa”, que tem por objeto um objeto não operável; há uma ciência chamada (2) “especulativa quanto ao modo de conhecer e prática sob outro aspecto”, que procede de modo especulativo a respeito de um objeto operável; há uma ciência chamada (3) “especulativa quanto ao fim e prática sob outro aspecto”, que tem por fim a consideração da verdade a respeito de um objeto operável; e há uma ciência chamada (4) “apenas prática”, que tem por fim a operação. Palacios, então, busca saber a qual dessas ciências a ciência moral pertence. E ele começa por excluir a primeira, que ele identifica com as ciências especulativas, e também a quarta, que ele identifica com a prudência e a sindérese. E chega à conclusão de que a ciência moral pertence à ciência do terceiro tipo, porque ela procede de modo prático (ou compositivo) a respeito de um objeto operável. Porém, ele diz que não contradiria autores como João de Santo Tomás e

47 Ver PALACIOS, Leopoldo Eulogio. *Filosofía del saber*. Madrid: Editorial Gredos, 1962, pp. 377-392.

48 Ver MARITAIN, Jacques. *Distinguish to unite or the degrees of knowledge*. Newly translated from the fourth French edition under the supervision of Gerald B. Phelan. New York: Charles Scribner's Sons, 1959, Capítulo VIII e Anexo VII.

Juan Sánchez Sedeño, que conceberiam a ciência moral como uma ciência do segundo tipo (assim como Jacques Maritain também a concebeu). Em minha opinião, entretanto, a filosofia moral deve ser identificada com o saber do quarto tipo, isto é, com a prudência, pois Tomás nunca atribuiu à *Ética a Nicômaco* um objeto não operável, nem um modo de proceder especulativo, nem um fim especulativo.